



# Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017

## Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

### RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) submete a apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e suas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício 2017, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Tais documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações.

A história da DESO é marcada pelo desafio de garantir o bem comum da população por meio da operação do saneamento básico com qualidade e eficiência. Criada em 26 de agosto de 1969, através do Decreto-Lei Estadual nº 109, a Companhia de Saneamento de Sergipe é uma Empresa de Economia Mista, objetivando a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do Estado de Sergipe.

Com sede em Aracaju, a empresa é controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, operando em 71 das 75 sedes municipais, além de atender parte dos municípios de São Cristóvão, Capela e Estância. Somente o município de Carmópolis é atendido em sua totalidade pela Prefeitura Municipal.

Atualmente, a DESO opera 122 estações de tratamento de água e 11 estações de tratamento de esgotos. Possui uma extensão total de 5,8 mil quilômetros de rede de distribuição de água e 1 mil quilômetros de rede coletora de esgotos, com 546 mil ligações de água e 125 mil ligações de esgoto. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contava em seu quadro de funcionários com uma força de trabalho de 1722 colaboradores.

Em 2017, a DESO investiu mais de R\$ 100 milhões em obras e serviços de expansão de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado, oriundos de recursos próprios e de convênios com os governos estadual e federal. Ao longo da sua história, a DESO acumula um investimento total de cerca de R\$ 2 bilhões, gerando uma receita líquida de aproximadamente R\$ 525 milhões, com lucro líquido de R\$ 2,8 mil.

Quanto à ampliação do abastecimento de água, demos prosseguimento a diversas obras em todo o Estado de Sergipe. As ações foram possibilitadas através de recursos próprios e a partir de convênios firmados com a participação do Governo Estadual e do Governo Federal, com aproximadamente R\$ 30 milhões de investimento em 2017 e R\$130 mil

lhões nos últimos três anos. Entre esses investimentos, destacamos a continuidade da Execução dos Sistemas de Abastecimento Integrados de Água do São Francisco, Poxim, Alto Sertão e Tomar do Geru. Também foram finalizados os Projetos Executivos para ampliação dos Sistemas de Abastecimento Integrado do Agreste e do Piauitinga. Desta forma, a DESO vem se consolidando como uma referência no nordeste no que se refere a segurança hídrica, com obras sendo realizadas em todas as regiões do Estado, garantindo o abastecimento de água da população sergipana para os próximos 20 anos.

Para coleta e tratamento de efluentes domésticos, foram investidos no último ano mais de R\$ 70 milhões em todo o Estado, totalizando aproximadamente R\$ 200 milhões no triênio, com destaque para as obras de implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário dos Municípios de Lagarto, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Estância (Praia do Saco), São Cristóvão e Itabaiana, cuja Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário foi concluída e corresponde a primeira etapa das obras para a recuperação da qualidade do Açude Marcela e do Rio Jacarecica.

Em Aracaju, foram concluídos em 2017 os subsistemas de Esgoto Sanitário dos Bairros Jardins e Aruana, contribuindo significativamente para a despoluição dos rios Poxim e Sergipe. Com tais investimentos na capital sergipana, ampliamos sua cobertura de coleta e tratamento de efluentes domésticos de 30% para 50% nos últimos três anos. Com a ampliação do subsistema ERQ-Norte e da implantação do subsistema ERQ-Jabutiana, cujos projetos foram finalizados no primeiro semestre de 2017, com obras previstas para iniciar até junho de 2018, Aracaju atingirá 90% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto.

No que se refere a segurança hídrica, destacamos como principal ação a garantia do abastecimento da Região Metropolitana de Aracaju, apesar das constantes reduções de vazão do Rio São Francisco.

Em abril de 2017 a ANA autorizou a redução da defluência mínima média diária para 600m³/s, como reflexo da estiagem que se agrava desde 2012, admitindo a prática de 570m³/s de vazão instantânea. Mais recentemente, a agência autorizou, através da resolução nº 1943, uma nova redução da descarga mínima defluente do reservatório, para uma média diária de 550 m³/s e instantânea de até 523 m³/s.

Tais medidas tiveram impacto direto sobre o abastecimento de água

do Estado principalmente da Região Metropolitana de Aracaju. Com as reduções do nível da água, o sistema de captação da Adutora do São Francisco, instalado no município de Telha e maior responsável pelo abastecimento da capital sergipana, encontrava-se no limite do ponto de sucção das bombas, podendo a captação ser interrompida a qualquer momento, afetando aproximadamente um milhão de habitantes.

Diante do agravamento da situação e da perspectiva de colapso na captação no São Francisco solicitamos, em parceria com o Governo do Estado de Sergipe, o empréstimo de dois conjuntos de bombas flutuantes da SABESP, utilizados durante a crise hídrica que atingiu recentemente a Região Metropolitana de São Paulo. Com os novos equipamentos buscou-se manter o nível de submersão no poço de sucção da Estação Elevatória da Captação da Adutora do São Francisco, a fim de evitar o colapso no abastecimento da Grande Aracaju. Os equipamentos, instalados em setembro, tem capacidade de bombear até 4.000 litros de água por segundo, e nos foram cedidos sem qualquer custo além do transporte e seguro.

Além a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários, a redução de perdas de água e eficiência energética é um dos principais objetivos estratégicos da DESO. Para tanto a Companhia vem aprimorando seu Programa de Redução de Perdas Reais na Rede de Distribuição de Água. Em três anos, reduzimos o índice de perdas na distribuição em aproximadamente 15%. A maior prova do reconhecimento do sucesso da nossa companhia veio com premiação deste ano na categoria de Eficiência Operacional no Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), com o tema Redução de Perdas Reais na Rede de Distribuição.

Em 2017 demos mais um importante passo para assegurar a excelência na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado. Nossa empresa, em especial os nossos funcionários, são os veículos para proporcionar a melhoria que almejamos para a toda a sociedade. Seguimos cientes da nossa missão: Promover a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, através de soluções efetivas e participativas, para melhoria da qualidade de vida da população.

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2017.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	R\$(1)	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>140.661.349</b>	<b>131.760.696</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.980.439	9.774.972
Caixa e bancos	1.233.939	3.166.632
Aplicações de liquidez imediata	8.746.500	6.608.340
<b>DIREITOS REALIZÁVEIS</b>	<b>130.680.910</b>	<b>121.985.724</b>
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	121.924.446	115.160.687
Estoque (Nota 3)	3.059.449	2.144.495
Outras créditos	5.697.015	4.680.542
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>1.513.569.483</b>	<b>1.430.772.520</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.488.955	
Depósitos judiciais (Nota 3)		
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.512.080.528	1.430.772.520
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.654.230.832</b>	<b>1.562.533.216</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO	R\$(1)	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>117.587.751</b>	<b>113.903.931</b>
Fornecedores	52.317.455	41.057.185
Retenções contratuais	1.026.006	1.004.854
Provisão de férias e gratificação	10.267.992	9.790.300
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	12.196.419	12.977.548
Empréstimos e financiamentos (6)	30.444.826	31.168.219
Parcelamentos (Nota 7)	9.122.289	15.368.339
Consignações a recolher	724.485	808.318
Salários e ordenados a pagar	361.151	262.820
Outros débitos	115.890	112.935
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>170.597.639</b>	<b>113.544.142</b>
Parcelamentos (Nota 7)	42.636.026	56.548.672
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	29.948.551	19.098.949
Provisão Para Contingências (nota 8)	9.271.017	8.257.143
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	88.742.045	29.639.378
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.366.045.442</b>	<b>1.335.085.143</b>
Capital realizado (Nota 11)	899.488.607	899.488.607
Subscrito	899.488.607	899.488.607
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Reservas de Lucros	128.954	128.954
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 10)	663.212.541	633.841.504
Prejuízos Acumulados	-216.897.043	-218.357.351
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.654.230.832</b>	<b>1.562.533.216</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$(1)	
	PERÍODOS	PERÍODOS
	1/1/2017	1/1/2016
	A	A
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita Operacional Líquida (Nota 13)</b>	<b>525.154.534</b>	<b>496.049.577</b>
Custo dos Serviços (Nota 14)	309.835.896	290.619.213
Lucro Bruto	215.318.638	205.430.364
Despesas Operacionais	-200.053.219	-183.695.291
Comerciais (Nota 15)	-87.789.648	-69.005.891
Administrativas (Nota 15)	-112.415.640	-115.717.016
Despesas fiscais e tributárias	-2.648.027	-2.878.538
Outras Receitas (despesas operacionais)	2.800.096	3.977.354
Contingências Cíveis e Trabalhistas		-71.200
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos</b>	<b>15.265.419</b>	<b>21.735.073</b>
Receitas (Despesas) Financeiras	-11.725.248	-18.708.789
Receitas	983.904	939.687
Juros e encargos financeiros	-10.092.623	-16.793.331
Variações Monetárias	-2.616.529	-2.855.145
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições</b>	<b>3.540.171</b>	<b>3.026.284</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-725.851	-447.213
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	2.814.320	2.579.071
Lucro (Prejuízo) por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	0,27157984	0,24887848
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>10.362.771.972</b>	<b>10.362.771.972</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras)

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	R\$(1)	
	PERÍODO DE 1/1/2017	PERÍODO DE 1/1/2016
	A	A
	31/12/2017	31/12/2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
1-Lucro Líquido do Período	2.814.320	2.579.071
2-Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:	88.630.171	86.455.135
Depreciação e amortização (Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	38.952.911	37.667.792
Provisão p/perdas na realização de créditos (Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	38.290.814	24.404.890
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	9.972.202	14.377.404
Varição monetária sobre financiamentos	2.616.529	2.855.145
Ajustes de Exercício Anterior	-1.225.058	7.149.904
3- Total(1+2)	91.444.491	89.034.206
<b>Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:</b>		
Clientes	-45.054.573	-49.487.691
Estoque	-914.954	-1.374.675
Outros créditos	-1.016.471	-1.476.398
Outras contas ativas de longo prazo	-1.488.955	2.529.391
Fornecedores	10.918.094	-22.156.320
Retenções contratuais	21.153	145.484
Contas a pagar	-14.458.056	4.590.494
Outros débitos	1.013.873	71.200
Impostos, taxas e contribuições diversas	-853.069	-16.138.002
Consignações a recolher	-83.833	123.972
Provisão p/ Férias e Gratificação	477.692	-420.223
Salários e Encargos a pagar	-952.169	-13.821.824
Recursos Vinculados a Convênios	59.102.667	
4-Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	6.711.399	-97.444.592
<b>5-CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS(3+4)</b>	<b>98.155.890</b>	<b>-8.410.386</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-120.283.691	-114.654.613
<b>6-CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-120.283.691</b>	<b>-114.654.613</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	29.371.037	121.554.175
Parcelamento de Dívidas Tributárias	26.159.800	36.667.865
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-34.675.949	-26.721.124
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	32.986.323	32.239.408
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-31.507.943	-35.675.430
<b>7-CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>22.333.268</b>	<b>128.064.894</b>
<b>8-AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES (5+6+7)</b>	<b>205.467</b>	<b>4.999.895</b>
<b>CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO</b>	<b>9.774.972</b>	<b>4.775.077</b>
<b>CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO</b>	<b>9.980.439</b>	<b>9.774.972</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

### DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2016 A 31/12/2017)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	"ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL"	TOTAL
SALDOS EM 01/01/2016		899.488.607	20.112.383		-228.086.327	512.287.331	1.203.801.994
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL RESULTADO DO EXERCÍCIO					2.579.071	121.554.173	121.554.173
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR					7.149.905		2.579.071
SALDOS EM 31/12/16		899.488.607	20.112.383		-218.357.351	633.841.504	1.335.085.143
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL RESULTADO DO EXERCÍCIO					2.814.320	29.371.037	29.371.037
RESERVA LEGAL				128.954	-128.954		
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS					-1.225.058		-1.225.058
SALDO EM 31.12.2017		899.488.607	20.112.383	128.954	-216.897.043	663.212.541	1.366.045.442

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Valores Expressos em R\$(1)

## NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-Lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;
- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;
- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;
- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 16 (dezeesseis) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 78% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2017, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

## NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/dez./17 e 31/dez./16 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido)

## NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

- APURAÇÃO DOS RESULTADOS**  
O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.
- ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvem os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.
- INSTRUMENTOS FINANCEIROS**  
Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.
- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**  
O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.
- CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS**  
Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Particulares	252.053.266	234.170.260
Público	116.172.480	95.781.571
Contas a Faturar	31.877.876	25.097.217
(-) Perdas Prováveis c/Clientes	(278.179.176)	(239.888.361)
Contas a Receber, Líquido	121.924.446	115.160.687

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2017 com base nos seguintes critérios:

- ESTOQUES**  
Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Almoxarifado Central	3.059.449	2.144.495
TOTAL	3.059.449	2.144.495

- IMOBILIZADO**  
Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.118.291.315	412.059.148	706.232.167
Sistema de Esgoto	347.070.689	71.670.749	275.399.940
Bens de Uso Geral	32.727.746	22.081.691	10.646.055
Subtotal em Operação	1.498.089.750	505.811.588	992.278.162
Obras em Andamento	519.802.366	-	519.802.366
TOTAL GERAL	2.017.892.116	505.811.588	1.512.080.528

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/dez./16

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.088.755.463	381.223.010	707.532.453
Sistema de Esgoto	319.136.442	65.026.671	254.109.771
Bens de Uso Geral	29.328.166	21.624.866	7.703.300
Subtotal em Operação	1.437.220.071	467.874.547	969.345.524
Obras em Andamento	461.426.996	-	461.426.996
TOTAL GERAL	1.898.647.067	467.874.547	1.430.772.520

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIACÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

## h) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

### i) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./17. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

### j) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

## NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2017	2016
Energisa	1.011.238	1.353.413
TOTAL	1.011.238	1.353.413

## NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Cofins	2.034.376	2.437.601
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.208.522	2.746.735
FGTS	1.297.554	1.312.418
INSS	4.543.475	3.571.523
PIS PASEP	441.464	529.004
Outros	671.028	2.380.267
TOTAL	12.196.419	12.977.548

## NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
BANCO SOFISA SA CT 92582	4.406.864	5.893.537	10.300.401	AGO/2020	5,54	CDI
BANCO SOFISA SA CT 92778	3.258.323	6.834.661	10.092.984	NOV/2020	5,54	CDI
Bc Brasil ct 40000095	216.261	881.796	1.098.057	JAN/2025	6,00	-
B. Brasil Finaem ct 400000079	44.749	181.484	226.233	JAN/2024	3,00	-
Bc. do Brasil 361.100.008.00001	4.018.283	1.581.707	5.599.990	OUT/2019	10,00	CDI
Instituto Assistencial da DESO	10.232.657	8.111.220	18.343.877	SET/2020	10,3	CDI
Banco Daycoval Ct. 755544-5	375.376	-	375.376	FEV/2018	10,03	CDI
Banco Daycoval ct 77266-8	204.796	-	204.796	JAN/2018	12,68	CDI
BC NORDESTE 520178655426	3.664.651	6.464.146	10.128.797	NOV/2020	15,23	-
CCB – BRASIL ct 12838196	4.022.866	-	4.022.866	DEZ/2018	10,03	CDI
TOTALS	30.444.826	29.948.551	60.393.377	-	-	-

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 3,00% a 12,68% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimentos final para JANEIRO de 2025

## NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Parcelamento PERT/RFB COD. 5190	949.770	11.297.267	12.247.037	DEZ/2030
Parcelamento PERT/RFBINSS 4141	1.065.494	9.612.231	10.677.725	DEZ/2030
Parcelamento PERT/INSS/PGFN 1734	360.020	1.509.481	1.869.501	DEZ/2036
REFIS LEI 12.996 COD. 4750 – Consolidado	1.009.487	11.020.056	12.029.543	NOV/2029
REFIS LEI 12.996 COD. 4737 – Consolidado	377.880	3.854.909	4.232.789	FEV/2029
REFIS LEI 12.996 COD. 4743 – Consolidado	283.640	1.954.671	2.238.311	OUT/2025
REFIS LEI 12.996 COD. 4720 – Consolidado	310.297	3.387.411	3.697.708	NOV/2029
DÉBITOS TRABALHISTAS	4.765.701	-	4.765.701	DEZ/2018
TOTALS	9.122.289	42.636.026	51.758.315	-

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC. Em 2017 aderimos ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/RFB E PGFN estando no aguardo da Consolidação.

## NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento contábil provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE 31/DEZ/17	PROVISÃO EM 31/DEZ/17	PROVISÃO EM 31/DEZ/16
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS	-	-	-
Provável	4.809.301	4.809.302	4.675.232
Possível	44.981.164	-	-
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	-	-	-
Provável	4.461.715	4.461.715	3.581.911
Possível	856.038	-	-
TOTALS	55.108.218	9.271.017	8.257.143

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

## NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Prefeitura de Aracaju	17.211.480	17.211.480
Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	69.102.668	10.000.000
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.790
TOTAL	88.742.045	29.639.378

## NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 29.371.037, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infraestrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

## NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./17, o capital social integralizado era de R\$ 899.488.607, composto por 10.362.771.972 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 8.600.000.000 de ações ordinárias e 1.762.771.972 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	8.599.999.537	1.737.662.695	10.337.662.232	897.309.082
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCOS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTALS	8.600.000.000	1.762.771.972	10.362.771.972	899.488.607

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2017 e 2016.

## NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais da DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) joias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

### Auxílio-Desemprego

O auxílio-desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio-desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio-desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio-desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo “índice etário” da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previstos, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizada em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2017 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 2.533.072, sendo o valor de R\$ 2.350.072 destinados aos fundos e R\$ 183.000 para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./17 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possui um efetivo de 475 associados.

## NOTA 13 – RECEITAS

### A) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Receita Operacional Bruta	-	-
Receitas de Água	445.809.145	425.623.253
Receitas de Esgoto	86.066.638	72.592.036
Receitas de Outros serviços	39.385.474	44.950.788
Receitas a Faturar	6.780.659	3.492.814
Total das Receitas Operacionais	578.041.916	546.658.891
Deduções das Receitas Operacionais	-</	

## PARECER DA AUDITORIA EXTERNA DO EXERCÍCIO 2017

Aos  
Acionistas, Diretores e demais Administradores da  
**COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO**  
Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho, Aracaju – Sergipe CEP:  
49.020-380 Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br  
CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

### 1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2) Base para Opinião com Ressalva

#### 2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 “g”, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os estudos encontram-se em fase de execução, conforme contrato firmado em 08 de Julho de 2016, com a empresa **ORGANIZAÇÃO LEVIN DO BRASIL LTDA**. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

#### 2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação

das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DESO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DESO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### 4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser de correntes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DESO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DESO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre

outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das condições significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

### 5) Ênfase:

#### 5.1) Contratos de Concessão

Conforme mencionado na Nota Explicativa “1”, a Companhia presta serviços para 72 municípios do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que, 16 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem a Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2017.

### 6) Outros Assuntos

#### 6.1) Relatório da Administração

A administração da DESO é responsável por essas informações que compõem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

#### 6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 10 de Abril de 2017, com opinião modificada contendo as seguintes ressalvas: i) Teste de Impairment: A Companhia não aplicou o teste preconizado no CPC 01, para identificar se os ativos imobilizados estão mensurados acima do seu valor recuperável; ii) Depreciação: Da mesma forma, a companhia não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade.

Aracaju/SE, 07 de Março de 2018

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O “S”SE

**Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira**  
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”SE  
Sócio Sênior

**Phillipe de Aquino Pereira** Thomaz de Aquino Pereira  
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”SE Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”SE

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,  
O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, à vista do Relatório dos Auditores Independentes – AU – DIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 07 de março de 2018, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Au

ditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.  
Aracaju (Se), 26 de março de 2018.

**JAIRO HENRIQUE CORDEIRO DE MENEZES**  
**ANTONIO CORREIA DANTAS FILHO**  
**MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES**